



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

REQUERIMENTO **Requerimento de Comissão**

Senhor Presidente,

827/2018

Requer-se a esta Comissão, nos termos do art. 48, caput, II e §3º do Regimento Interno seja realizada visita técnica na Quadra de esportes da Vila Ponta Porã, bairro Santa Efigênia, em frente ao número 185, no dia 17/08/2018, às 9h.

Durante os jogos realizados na quadra, os usuários chutam ou arremessam as bolas que atingem pedestres, muitas vezes idosos, quebram vidros das janelas e portas dos moradores. Reivindicam alguma solução para o problema.

Na expectativa de evidenciar essa dificuldade, provocando o Poder Executivo a tomar medidas urgentes a esse respeito, solicito aprovação da visita.

Requer ainda sejam convidados as seguintes autoridades:

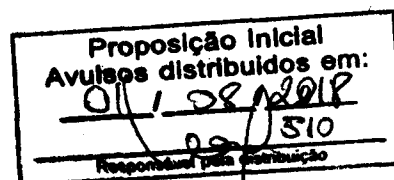
- Coordenador de Administração Regional Municipal- Leste ;
- Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
- Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

Belo Horizonte, 27 de julho de 2018.

Rafael Martins
Vereador

Ao Senhor Vereador
Cida Falabella

Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM PRIMEIRO TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 591/2018
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, CULTURA,
DESPORTO, LAZER E TURISMO
VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Vem a Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo para emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 591/2018 de autoria do Vereador Rafael Martins, que *"Institui como área do conhecimento a ser introduzido no contra turno das escolas municipais de educação integrada o tema noções de direito por meio do programa "direito na escola".*

O Projeto de Lei visa contribuir com a formação dos cidadãos, seus direitos e deveres, acoplando a noção das garantias fundamentais e dos demais direitos como matéria presente no contra-turno das escolas integradas aos alunos da rede pública de Belo Horizonte.

Encaminhado o Projeto à Comissão de Legislação e Justiça, o mesmo foi destacado pela *Inconstitucionalidade, Ilegalidade e Regimentalidade*. Destaque-se o fundamentado: *"A inclusão de disciplina e seu respectivo conteúdo programático na grade curricular das escolas municipais é matéria exclusivamente relacionada à Administração Pública".*

Encaminhado à Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo fui designado Relator para analisar o presente

CHB_MIRLES-21/01/18-10.40.53-000511-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Projeto e, nessa condição passo a examinar a matéria para fundamentar e proferir meu parecer e voto nos termos regimentais.

FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei do nobre vereador, propõe que se leccione sobre o tema “noções de Direito” nas escolas integrais públicas de Belo Horizonte, nos períodos de contra turno.

O Projeto impõe que os professores apresentem atestado de capacidade técnica **emitido pela Ordem dos Advogados do Brasil**, sendo requisito deste atestado 400 (quatrocentas) horas de ensino jurídico em escolas oficiais da rede de ensino básico, **coordenado e fiscalizado pela OAB por meio de sua comissão específica**.

A OAB ficaria com a função de orientar e deliberar os conteúdos programáticos, além de produzir o material e fiscalizar o andamento do curso e das monitorias.

Além do mais cria a hipótese de trabalho voluntário e contratação dos monitores com recurso proveniente das Caixas Escolares das Escolas.

No que nos cabe analisar, temos como referência A Carta Constitucional, no Artigo 210, reconhece a necessidade de que sejam “fixados conteúdos mínimos para o ensino, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988).

A LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), no Inciso IV de seu Artigo 9º, afirma que cabe à União estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar **formação básica comum** (BRASIL, 1996 ênfase adicionada).



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cabe ao Município:

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

(...)

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

§ 9º-Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares de que trata o caput deste artigo, tendo como diretriz a Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observada a produção e distribuição de material didático adequado.

§ 10. A inclusão de novos componentes curriculares de caráter obrigatório na Base Nacional Comum Curricular dependerá de aprovação do Conselho Nacional de Educação e de homologação pelo Ministro de Estado da Educação. (Grifos nossos)

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

O PNE Plano Nacional de Educação (PNE), alterado pela Emenda Constitucional nº 59/2009, passando de uma disposição transitória da LDB para uma exigência constitucional com periodicidade decenal, o que significa que planos plurianuais devem tomá-lo como referência.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O Plano também passou a ser considerado o articulador do Sistema Nacional de Educação, portanto, os planos estaduais, distrital e municipais devem ser construídos e aprovados em consonância com o PNE.

A Base Nacional Comum Curricular é o que rege e organiza o Sistema de Ensino, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação. Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)¹.

Especificamente o trecho da área de Ciências Humanas, destaca-se o objetivo desta área: “A área de Ciências Humanas deve propiciar aos alunos a capacidade de interpretar o mundo, de compreender processos e fenômenos sociais, políticos e culturais e de atuar de forma ética, responsável e autônoma diante de fenômenos sociais e naturais.”, além de “Compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos” e “Identificar, comparar e explicar a intervenção do ser humano na natureza e na sociedade, exercitando a curiosidade e propondo ideias e ações que contribuam para a transformação espacial, social e cultural, de modo a participar efetivamente das dinâmicas da vida social. (p. 352)

Destacamos ainda:

Ao longo de toda a Educação Básica, o ensino das Ciências Humanas deve promover explorações sociocognitivas, afetivas e lúdicas capazes de potencializar sentidos e experiências com saberes sobre a pessoa, o mundo social e a natureza. Dessa maneira, a área contribui para o adensamento de conhecimentos sobre a participação no mundo social e a reflexão sobre questões sociais, éticas e políticas, fortalecendo a formação dos alunos e o desenvolvimento da autonomia intelectual, bases para uma atuação crítica e orientada por valores democráticos. (p.350)

No âmbito da cidade de Belo Horizonte, temos o Anexo Único do Plano Municipal de Educação (lei 10.917/16), estabelecendo as metas e estratégias



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

desde 2015 até o ano de 2025. É disposto em rol taxativo a competência para este alcance de metas, sendo responsáveis:

- I - Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte;
- II - Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte;
- III - Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo da Câmara Municipal de Belo Horizonte;
- IV - Fórum Municipal Permanente de Educação de Belo Horizonte.

Acreditamos que há um entrave entre a competência expressa da Ordem dos Advogados - órgão destinado a representar e defender a classe dos advogados - e a proposta que aqui estamos debatendo.

Nesse sentido, em relação a análise da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, o projeto se insere dentro do artigo 52, inciso VII, alínea "a", quanto à disposição da matéria.

Desta forma, passo a registrar os termos da conclusão.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, nos termos do artigo 85, inciso IV, do Regimento Interno, opino e concluo pela **rejeição** do Projeto de Lei nº 591/2018.

Belo Horizonte, 23 de Julho de 2018



VEREADOR GILSON REIS
RELATOR